



Ministério da Economia e do Emprego

Direcção-Geral de Energia e Geologia

12.MAR2012 002396

Exmº Senhor Presidente

Câmara Municipal de Oliveira do Hospital

Largo Conselheiro Cabral Metello

3400 – 062 Oliveira do Hospital

Sua referência:

Registo n.º1009/Ano:2012

Proc.º 10/134

Data 15/02/2012

Sua comunicação:

2012.02.17

Nossa referência:

GE-ORD-067/2012

ASSUNTO:

Revisão do Plano Diretor Municipal de Oliveira do Hospital – pedido de parecer.

Na sequência da análise dos elementos remetidos por essa edilidade, no âmbito do processo de Revisão do PDM de Oliveira do Hospital, junto se envia o parecer desta Direcção-Geral, de teor favorável condicionado.

Com os melhores cumprimentos

O Subdiretor-geral

Carlos A.A. Caxaria

Anexo: Informação DGEG n.º04/2012/NSN

Desenho n.º93/DAT/2012 de 2012.02.29, à escala 1:125.000

NSN



MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DO EMPREGO



Direcção Geral
de Energia e Geologia

Informação DGEG

Data:

Despacho SEEI

Concedido

12.03.08

Carlos Caxaria
Carlos Caxaria
Subdirector Geral

Assunto: “Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de
Oliveira do Hospital” – Pedido de Parecer.
Req: Câmara Municipal de oliveira do Hospital

Informação N°: 04/2012/NSN

Classificação: GE-ORD-067/2012

Data: 2012.03.09



MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DO EMPREGO



**Direcção Geral
de Energia e Geologia**

1 – Introdução

A Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, através do seu ofício de 2012.02.17 (Registo n.º1009/2009; Proc.º 10/134; Data 15/02/2012), remete a esta Direcção-Geral um CD contendo os elementos da proposta de revisão do seu PDM e respetivo Relatório Ambiental, solicitando a apreciação dos mesmos.

O ofício em causa deu entrada na DGEG em 2012.02.22, com a ref.ª 20120222B2211.

2- Antecedentes

Na sequência dos elementos agora apresentados foi solicitado, junto da Divisão de Apoio Transversal, informação atualizada sobre o concelho de Oliveira do Hospital, sendo relevante a disponibilizada no desenho n.º93/DAT/2012, de 2012.02.29, à escala 1:125.000, que se junta em anexo.

3- Análise e Apreciação dos elementos

Desde já se refere que, em termos de terminologia, estes Serviços defendem que seja utilizada a denominação, "Espaços de Recursos Geológicos" (em substituição de "Espaço Afeto a Explorações de Recursos Geológicos" e/ou "Espaço de Indústria Extrativa"), a qual, para além de mais consentânea com as atribuições da DGEG (Dec.Lei n.º139/2007) e com a terminologia do regime jurídico dos recursos geológicos (Dec.Lei n.º90/90), corresponde ao conceito insito no artigo 73º do regime dos instrumentos de gestão territorial (Dec.Lei n.º380/98, com a redação dada pelo Dec.Lei n.º46/2009) que refere "espaços de exploração mineira" e no artigo 16º do Dec.Regulamentar n.º11/2009, de 29 de Maio, que refere "espaços afetos à exploração de recursos geológicos".

Da análise dos elementos apresentados (com particular atenção para os elementos fundamentais do Plano), refere-se o seguinte:



MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DO EMPREGO



Direcção Geral
de Energia e Geologia

3.1- Proposta de Regulamento

- a) Verifica-se que o Artigo 6º, referente ao "Identificação" das "Condicionantes - Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública", não faz qualquer alusão às duas Concessões Mineiras existentes.

Neste sentido, considera-se que este Art.º6º deverá ser revisto de modo a abranger as referidas concessões e todas as situações passíveis de gerar uma servidão administrativa e/ou restrição de utilidade pública neste concelho, pelo que se propõe a seguinte redação:

Artigo 6º (...)
(...)

- b) Recursos geológicos: Concessões, Licenças, Contratos de Prospeção e Pesquisa, Perímetros de Proteção, Áreas de Salvaguarda de exploração e Concessões para Recuperação.

- b) Alerta-se para a amplitude que está subjacente ao teor do n.º2 do Art.º12º (referente ao "Regime de Edificabilidade" na "Estrutura Ecológica Municipal"), que pode ser causa de interpretações demasiado restritas ou exclusivamente que poderão inviabilizar diferentes tipos de ações que, inclusive, até poderão ser benéficas à "Estrutura Ecológica Municipal".

A imprecisão na identificação e determinação de situações que ponham em causa o funcionamento e salvaguarda dos sistemas que integram a "Estrutura Ecológica Municipal" faz com que proponhamos, até por uma questão de objetividade, a eliminação deste ponto (cingindo-se este artigo ao atual n.º1).

3.2- Proposta de Planta de Condicionantes

Considera-se que, de um modo geral, a peça gráfica em causa está em condições de ser aceite por parte desta Direcção-Geral.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DO EMPREGO



Direcção Geral
de Energia e Geologia

3.3- Proposta de Planta de Ordenamento

Considera-se que, de um modo geral, a peça gráfica em causa está em condições de ser aceite por parte desta Direcção-Geral.

3.4- Restantes elementos da proposta

Considera-se que, de um modo geral, os restantes elementos remetidos estão em condições de ser aceites por parte desta Direcção-Geral.

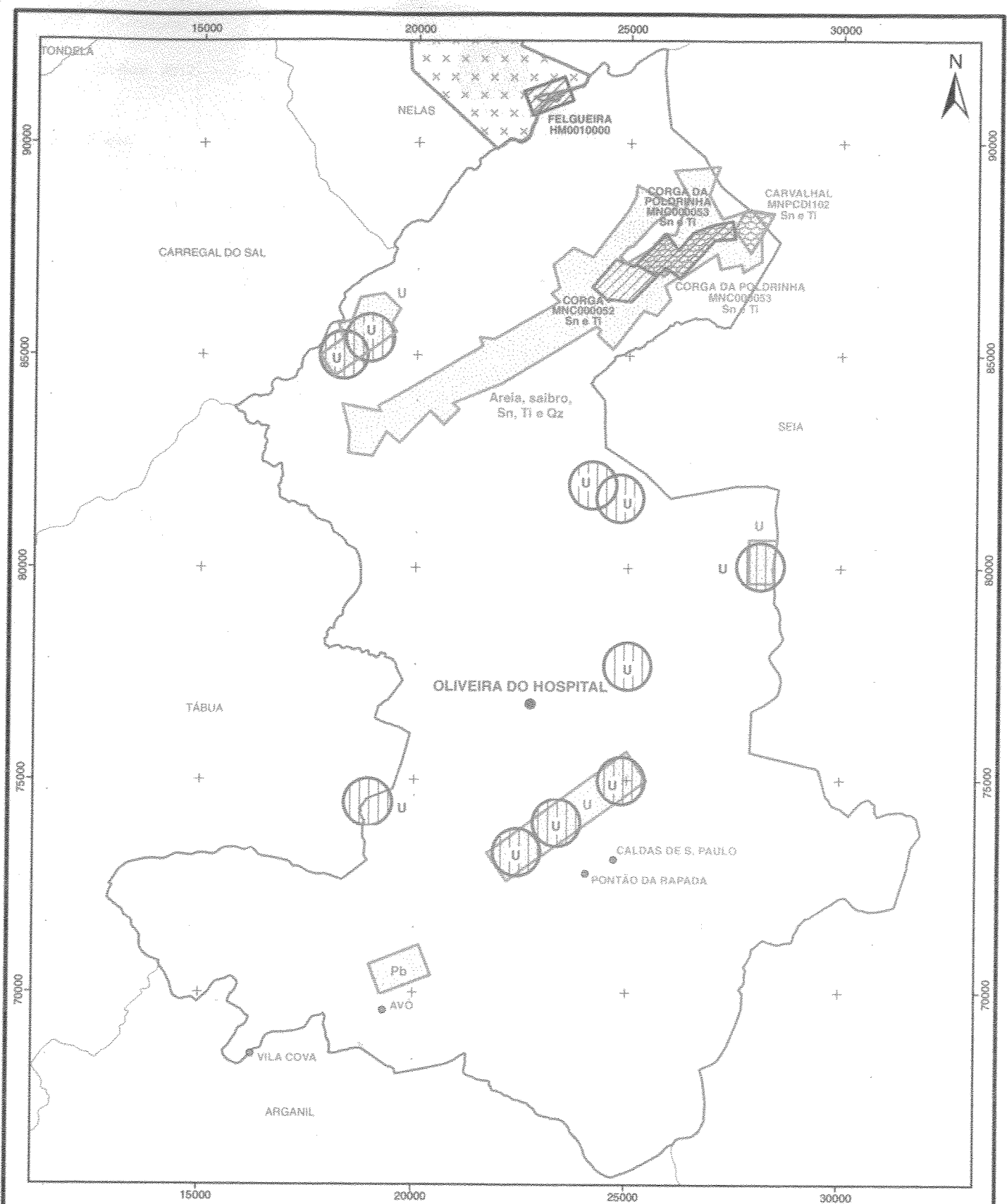
4- Conclusão

Face ao exposto, considera-se que a presente proposta de Plano é aceite sujeita às retificações mencionadas no ponto 3.1 da presente Informação.

À consideração superior

Lisboa, 09 de Março de 2012

Nuno Sousa Neves
(Arquitecto)



Limite de Município

Recursos geológicos

Concessão mineira

Pedido de concessão mineira

Concessão de água mineral natural

×

Área de salvaguarda de exploração

Área potencial

Recurso hidromineral potencial

Infraestruturas energéticas

Aproveitamento hidroelétrico

Limites Administrativos do IGP - CAOP 2011
Sistema de coordenadas: Datum 73, Hayford-Gauss IPCC (Métrica)



Direcção Geral
de Energia e Geologia
Divisão de Apoio Transversal

Assunto:

Revisão do Plano Director Municipal de Oliveira do Hospital

Escala 1:125.000

Desenho nº 93/DAT/2012

Data: 29-02-2012

Executado por:
Susana Nogueira